



A SEXUALIDADE DA MULHER RURAL: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Claudia Cambuzzi¹
Linda Rubim²

Resumo: Apesar do estudo do gênero abarcar as mais diversas áreas do conhecimento, poucos são os que se dedicam ao meio rural e, mais raros ainda, são os que buscam investigar a sexualidade feminina neste espaço. Nesse sentido, consideramos ser importante a produção de conhecimento nessa perspectiva, observando especialmente a construção de identidades contemporâneas, produtoras e produtos de novos cenários, novas ruralidades e, conseqüentemente, novas sociabilidades, realidade que se impõe. Diante deste pressuposto, o presente trabalho tem por objetivo investigar como as mulheres rurais vivenciam sua sexualidade. Os resultados revelam que apesar da passagem do tempo e das visíveis mudanças no modo de vida do mundo rural, a sexualidade da mulher agricultora ainda é permeada por invisibilidades e por tabus, que ainda não a vivenciam com liberdade, plenitude e prazer, que a ordem patriarcal ainda é vigente e continua a ditar a maneira de sentir e expressar a sexualidade desta mulher.

Palavras-chave Gênero; Sexualidade Feminina; Mulher Rural.

Considerações iniciais

*Lutar com as palavras é a luta mais vã. Enquanto lutamos mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.*

Carlos Drummond de Andrade

E lutar com palavras é também a proposta deste artigo, pois abordar o tema sexualidade não é tarefa fácil, e muito menos abordar a sexualidade da mulher no meio rural, onde o tema ainda é um tabu, um assunto marginal e negligenciável, um assunto ‘desviante’ do âmbito do parentesco, da família e do casamento, elementos essenciais neste mundo.

¹ Aluna do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Câmpus Rio do Sul claudiacambuzzi@hotmail.com

² Professora do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. lindasorubim@gmail.com

Há diversas pesquisas que enfatizam a sexualidade, porém a produção científica a respeito desta temática tão pontual ainda é ínfima, revelando que este ainda é um tema cercado por mitos, medos e muita desinformação, apesar do rural estar cada vez mais permeado de novos cenários, novas ruralidades e, conseqüentemente, novas sociabilidades. Assim, se faz mister lançar um debate sobre a sexualidade dos atores que povoam este território, e com maior ênfase da mulher, para que, assim, possamos despertar o interesse em pesquisar-se e debater-se sobre a questão.

Antes de iniciar a jornada, é necessário elucidar a que rural estamos nos referindo. Para início de conversa, antes de tentar responder a esta questão, é preciso esclarecer que ainda não há um consenso do que seja o rural em nosso país, existem inúmeras vertentes, mas dentre tantas, com diferentes vieses, optou-se por apresentar a definição de Ângela Ferreira (2002), que aproxima suas argumentações sobre o que seja o espaço rural como um o *locus* de uma paisagem cultural e uma rede de relações sociais, com sensações de pertencimento, de desejos e de projetos de vida, um território vivenciado, um espaço de vida e de trabalho, que possui múltiplas ruralidades, constantemente reconstruídas. Assim, não é possível falar-se em uma identidade única, pois coexistem simultâneas e múltiplas ruralidades.

Porém, há espaços rurais com perda de vitalidade, onde se ampliam espaços socialmente vazios, uma crescente ameaça à reprodução do agricultor familiar e onde predomina a propriedade patronal.³ Neste trabalho a opção é pelo primeiro exemplo, o rural dos agricultores familiares, que são depositários de uma cultura cuja reprodução dinamiza a economia, o meio ambiente, a sociedade, enfim, uma população que valoriza uma identidade territorial.

E este rural, sem dúvida, encontra-se em metamorfose, onde está se dando a construção de realidades complexas, mas compartilhadas. O espaço rural, na realidade, é um todo em formação e não apenas um pano de fundo, é uma construção cheia de razões, conflitos, contradições, emoções e visões de mundo, que refletem o modo de agir e pensar de quem ali habita.

E o rural forma-se e transforma-se diante de diferentes dinâmicas, ditadas, principalmente pela globalização, que ao longo das duas últimas décadas redesenhou as relações, através de novas tecnologias (comunicação, informática, biotecnologia) e que

³ Agricultura patronal é entendida como aquela em que o cultivo ocorre em grandes propriedades e onde a terra tem um “patrão” ou seja, um dono que não trabalha diretamente com a terra, sendo as atividades executadas por funcionários contratados. A produção volta-se quase que exclusivamente para a comercialização e há o uso intensivo de tecnologia.

estão dirimindo as fronteiras entre o mundo rural e o urbano; os mercados de trabalho perderam a rigidez e flexibilizaram-se, rompendo a dicotomia rural x urbano. Todas estas transformações têm afetado a estrutura e, possivelmente, a identidade das comunidades rurais, no sentido de que a identidade é a construção da realidade dos sujeitos históricos em cada lugar.

Mas apesar disso o rural permanece como uma forma cultural manifestada pela existência das ruralidades, através da sociabilidade e das identidades, e, com certeza não será totalmente subvertido diante às pressões do universo urbano. O agricultor, homem simples e com valores diferentes dos citadinos, carregado de um estilo de vida atrelado à natureza e a uma paisagem bucólica, que povoa nosso imagético, cada vez mais se entremeia de novas vivências, cada vez mais dinâmicas, impulsionadas por trocas econômicas, sociais e políticas.

Fica evidente que rural é permeado por novas e velhas funções, o que Milton Santos denominou “as rugosidades⁴ de cada lugar”, onde o “antigo e o novo” se sobrepõem. Ao lançarmos um olhar sobre as mulheres agricultoras, diante das recentes (re)significações que têm se imposto ao rural, estas parecem ter conseguido romper algumas de suas históricas limitações e até reelaborar o seu trânsito; mas quanto às suas experiências afetivas e sexuais, pode-se observar ao longo do trabalho, que as mudanças não seguem esta tendência, revelando que o “novo” ainda não se sobrepôs ao “antigo”, que ainda é o elemento predominante.

Este território continua sendo o *lócus* da família patriarcal, das relações de gênero desiguais e do discurso da heteronormatividade, onde meninos e meninas são induzidos/as a assumir padrões estereotipados. À menina cabe o espaço do privado, do doméstico, da casa, da sensibilidade, das atividades secundárias; enquanto fica reservada aos meninos a esfera pública, onde se encontra a liberdade, o direito, a força, o trabalho primário, a sobrevivência da família.

No rural, a sexualidade é fruto de uma educação reprimida, na qual a religião detém grande responsabilidade, como evidencia Mariana Domingues (2008, p. 19-20): “... a igreja católica contribuía com a crença de que ao afirmar que uma mulher possuía

⁴ Paulo Godoy nos esclarece que Milton Santos especifica que noção de ‘rugosidades’ complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo. As ‘rugosidades’ são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos e, portanto, com características socioculturais específicas.

pelo desejo é uma personificação do mal”, onde a sexualidade sempre foi limitada e restrita à reprodução humana.

As mulheres são proibidas de qualquer manifestação erótica ou sexual pública, a educação feminina sofre influências principalmente da religião, como discorre Freud (1908 apud DOMINGUES, 2008, p. 67):

A educação das mulheres impede que se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora o assunto lhes desperte uma extrema curiosidade, e as intimida, condenando tal curiosidade como pouco feminina e como indício de disposição pecaminosa. Assim a educação as afasta de qualquer forma de pensar, e o conhecimento perde para elas o valor. Essa interdição do pensamento estende-se além do setor sexual, em parte através de associações inevitáveis, em parte automaticamente, como a interdição do pensamento religioso e a proibição de ideias sobre a lealdade entre os cidadãos fiéis.

Gualda e Ressel (2003, p. 86) também destacam que “... os pais conversavam pouquíssimo com suas filhas sobre a sexualidade e as orientações eram dadas como “alertas” ou “proibições”, por meio da repressão, dando vazão ao controle social e cultural”. E é por estas ‘razões’ culturais que no mundo rural a sexualidade é um tabu, um tema moralmente condenável, ainda mais quando falamos da sexualidade feminina. “Moça séria não fala dessas porcarias” é o que ainda se houve da boca de muitos homens e até mesmos de mulheres de muitas comunidades rurais.

As falas dos atores sociais são o reflexo das características político-organizacionais de cada território, da comunidade, da família, das vivências, das experiências e sociabilidades e do maior ou menor grau de interferência institucional, neste caso, mais notadamente, da família, com uma maior ou menor dose de repressão patriarcal, principalmente sobre as mulheres.

Segundo Vieira (2006) os padrões de comportamento sexual são, em regra, notadamente diferenciados para mulheres e homens; enquanto para as primeiras o sexo está ligado ao casamento, intimidade, emoção, para os segundos há uma indução a dissociar-se sexo e emoção, o que acarreta diferentes percepções sobre o feminino: existe a mulher objeto, associada ao prazer sexual e a mulher assexuada, virtuosa, associada à honradez, ao matrimônio e à maternidade.

Os estereótipos sobre o comportamento sexual feminino e masculino parecem se perpetuar e são heteronormatizadores, onde o homem é ser ativo, seu apetite sexual é estimulado e premiado por toda a família, principalmente pelo pai, e onde a mulher é elemento passivo, sua sexualidade é negativada e mensurada, fortemente associada à honradez e ao contrário do homem, é desestimulada e quando não é controlada, é tida como motivo de vergonha e desonra.

Destarte, se faz necessário destacar que a sexualidade é, invariavelmente, demarcada pelo contexto cultural. Como bem aponta Michel Foucault (1994), “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, que se utiliza de mecanismos sutis e delicados, além de vir e estar em toda parte, provém de vários lados e engloba tudo que se faz necessário”. Ainda segundo o autor, “novos procedimentos de poder funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (FOUCAULT, 1994, p. 86).

A concepção do filósofo evidencia que não é apenas o Estado, através da imposição das leis, a forma mais redundante de controle, mas sim a presença de uma micropolítica de poder, o que nos aponta para a necessidade de se analisar o processo de aprendizagem sociocultural ao qual os atores sociais estão sujeitos no meio em que se relacionam e quais as marcas de gênero que os modelam.

E há que entender-se a vertente sociocultural do contexto a que pertencem, observando-se que o rural encontra-se em um processo de (re)significação espacial, onde além de existirem diferentes “rurais”, que englobam, primeiramente, aspectos como a maior ou menor proximidade com o meio urbano, a maior ou menor inserção no mercado, o maior ou menor acesso aos meios de comunicação, fatores que influenciam diretamente em seu comportamento.

É preciso analisar estes aspectos que refletem diretamente sobre a sexualidade da mulher no rural. É preciso revelar que as concepções e práticas destas mulheres são calcadas no ranço da sociedade patriarcal, e também que se faz urgente a possibilidade do debate, para que elas possam construir novas experiências e romper com o *habitus*⁵, libertando-se de sua atual posição de subalternidade.

Caminhos da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida é de natureza descritiva com abordagem qualitativa. Participaram deste estudo mulheres agricultoras pertencentes a comunidades rurais de municípios da região do Alto Vale do Itajaí (SC), que vivem em comunidades rurais próximas ao meio urbano dos municípios e onde as famílias desenvolvem atividades ligadas à agropecuária, tendo como principal fonte de renda a produção do fumo. A

⁵Segundo Pierre Bourdieu em sua obra O Poder Simbólico, *habitus* é um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta.

origem destas mulheres é alemã ou italiana; nasceram e criaram-se nas comunidades em que residem, onde as religiões predominantes são a católica e a evangélica luterana.

São dois grupos distintos, um composto por adolescentes entre 15 e 18 anos, solteiras, que no trabalho serão denominadas “grupo de jovens mulheres” e o outro por mulheres entre 30 e 40 anos, casadas, que serão denominadas “grupo de mulheres maduras”. Ambos são participantes de iniciativas voltadas à formação de agricultores, no primeiro caso o Instituto Federal Catarinense e no segundo a Casa Familiar Rural.

O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, contendo 20 questões; as respostas foram analisadas qualitativamente, buscando o significado das alternativas via ótica cultural da pesquisadora. Os questionários foram aplicados de forma individual e havia espaço para que as participantes complementassem suas respostas com comentários pessoais, caso sentissem a necessidade. Foram abordados especificamente os seguintes temas: virgindade e primeira relação sexual; corpo, desejo e prazer; gravidez, métodos anticoncepcionais e DSTs.

A ideia de pesquisar dois grupos distintos, de diferentes gerações, embasou-se na tentativa de, além do objetivo principal, lançar um olhar sobre a realidade da sexualidade destas mulheres, traçar um paralelo e observar se, ao longo do tempo as simetrias entre os grupos permanecem, ou seja, se os estereótipos e valores pré-determinados continuam perpetuando-se através das gerações ou, ao contrário, se as jovens conseguiram romper paradigmas, e atingir uma maior autonomia e liberdade.

De antemão, as respostas indicaram que a construção da sexualidade e da própria identidade parece ser alimentada pelos contextos culturais em que os grupos estão inseridos, mas que ainda assim há algumas tessituras para que haja poucas, porém presentes rejeições e incorporações de outros valores, signos e comportamentos.

Cabe ressaltar que o enfoque dado às questões é fruto da vivência profissional da pesquisadora junto às entrevistadas e que as interpretações expressam os signos de minha construção cultural e logo não podem ser consideradas verdades absolutas nem mesmo ser generalizadas, dentro ou fora do contexto.

Virgindade e primeira relação sexual

Todas as entrevistadas do grupo de jovens mulheres assinalaram que são virgens e enfatizaram que não revelariam à família caso “perdessem” a virgindade, o que aponta de imediato que elas acabaram por interiorizar normas há muito estabelecidas e o tema

continua sendo um tabu. Segundo Miriam Abramovay, este quadro denota que “a virgindade ainda é um marco na diferenciação dos gêneros na cultura brasileira. Ela vem sendo re-significada frente a novos discursos, mas permanece uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes.” (ABRAMOVAY, et al, 2004, p.73).

O grupo de mulheres maduras revelou que há décadas atrás, quando ainda namoravam, em hipótese alguma a moça poderia não ser mais virgem antes do casamento, apesar de afirmarem que o fato acontecia. Caso a moça não fosse mais virgem, ela estava fadada a uma vida de humilhação, por parte do marido e da família deste: “não era moça direita”, portanto não era digna de respeito.

Na sequência das reflexões, Abramovay assinala ainda que, na “iniciação sexual das moças, as interpretações se dão por lógica diferenciada àquela atribuída aos jovens. A ausência de experiência sexual é vista como uma estratégia de seleção para relacionamentos que estabelecem o sexual com o afetivo, em um plano de relação estável, do tipo matrimonial” (ABRAMOVAY et al, 2004, p. 74). As mulheres maduras destacaram que hoje em dia entendem que já não é mais assim, não há mais tanta cobrança em relação à virgindade da moça como antigamente. Relacionando este último comentário com a fala das jovens mulheres, o que se pode verificar é que, apesar desta suposta “liberdade”, o debate com a família sobre relações sexuais antes do casamento ainda é muito difícil.

Quanto à primeira relação sexual, o grupo de jovens mulheres revelou que esta até poderia ser antes do casamento. Foi consenso de que não “fariam por fazer”, gostariam de esperar pelo “parceiro ideal” e melhor ainda se este fosse o seu futuro marido. Sobre este aspecto, Arilha e Calazans (1998, p. 691) indicam que, segundo Afonso, “as moças alegam mais razões de ordem afetiva e emocional ao justificar o adiamento do início das relações sexuais, enquanto os rapazes alegam razões de ordem social e a falta de oportunidades”.

Ainda neste sentido Bordieu salienta que as mulheres são preparadas socialmente “para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades (falar, tocar, acariciar, abraçar, beijar, etc) ao contrário dos homens, os quais concebem a sexualidade como ato agressivo, físico de conquista, orientada para a penetração e o orgasmo” (BOURDIEU, 2007, p. 30).

O grupo de mulheres maduras revelou que no caso de haver relações sexuais antes do casamento, essas se davam entre os casais “já noivos” e na maior parte das

vezes nem a própria família sabia. Mas era um risco que se corria, porque poderia mais tarde o marido “jogar na cara” que ela tinha tido relações sexuais com ele antes do casamento e poderia ter “ido também com outro” sem ele saber. Já se o fato viesse a público, a moça ficava “mal falada” e se o namoro acabasse, era difícil a moça cogitar um casamento com um homem “correto”, de “boa família”.

Essa situação nos revela o controle exercido pelo paternalismo, que vai modificando-se e adequando-se aos novos tempos. Albuquerque Júnior (2003) aponta que existem avanços progressistas, mas ao mesmo tempo, também novos instrumentos reguladores dos papéis femininos; destaca também que a ideologia vai se ajustando à sociedade, que continua patriarcal e machista, calcada em seus fundamentos básicos.

Quanto ao imaginário da sobre a primeira relação sexual, aqui compreendida como a primeira penetração entre homem e mulher, a narrativa do grupo das jovens mulheres indicou que é o sentimento de medo o que marca o início de sua trajetória: medo de engravidar, medo de serem descobertas (caso a relação for antes do casamento) e medo das doenças sexualmente transmissíveis. Simone Monteiro (1999) nos afirma que dor e medo foram aspectos manifestados por grande parte das entrevistadas em seu trabalho em relação à primeira experiência sexual, tema que também se apresentou nestas entrevistas.

Já o grupo de mulheres maduras revelou que o imaginário que cercava a primeira vez, já no casamento, foi o de descoberta e curiosidades e um pouco de medo também, não havia o medo de engravidar porque esta era “a ordem natural das coisas” e DSTs não era algo que se cogitava “pegar”.

O que fica evidenciado pelos depoimentos dos dois grupos é que a iniciação à vida sexual foi e ainda é marcada por medos, hoje, principalmente pelas DSTs e pela gravidez, que tende a ser encarada como um fardo e ser retardada o maior tempo possível. Nenhum dos grupos mencionou prazer, o que nos remete à ideia de que ainda há uma herança imposta pelo cristianismo, onde o ato sexual era (e parece continuar) associado ao mal, ao pecado e a morte e que deve ocorrer no interior da conjugalidade, onde a mulher, de preferência virgem, repleta de valores cristãos, segundo Bordieu (2007), deve cumprir sua obrigação de esposa e mãe, não se fala no papel de **mulher**.

Reflete Abramovay que “a iniciação sexual, a forma de perceber sentidos diferenciados por gênero na virgindade, é condicionada pela construção da masculinidade, o que se ampara por rituais de socialização, como a pressão exercida pelos pares” (ABRAMOVAY *et al*, 2004, p. 74).

Logo, no que tange às falas das entrevistadas e às reflexões desenvolvidos pelos autores, as concepções femininas situam as mulheres em esferas opostas às que se encontram os homens, a construção de seus papéis sociais perpassa a sua “postura” perante a sua sexualidade, o que as direciona a determinados comportamentos em função daquilo que é esperado pelo grupo a que pertencem.

Corpo, desejo e prazer.

Quanto aos questionamentos voltados sobre o corpo, os dois grupos responderam que pouco tinham conhecimento sobre o funcionamento do corpo no que diz respeito aos órgãos sexuais, menstruação ou disfunções. Afirmavam que o que haviam aprendido era de “relance”, ouvindo uma conversa aqui outra ali e que este um assunto que se debatia entre as mulheres da família, quase que exclusivamente quando havia algo errado, questionando as mulheres com quem tinham mais intimidade.

As palavras das entrevistadas denunciam o que Knauth citando Lechat já havia observado em seu trabalho, que o corpo, como instrumento de produção para os camponeses, “só se torna um problema ou motivo de preocupação na medida em que seu funcionamento não está sendo considerado normal” (1997, p.172). Continua o autor, que saúde-doença era um assunto constante nas conversas e uma maneira ‘autorizada’ de falar de si e também um jeito de falar da sociedade (ibid.).

Desejo e prazer são temas que os grupos afirmaram não conversar com ninguém, nem mesmo entre seus pares ou com o médico nas consultas ginecológicas periódicas.

A satisfação sexual da mulher é outro grande tabu, jamais discutido; as mulheres não perguntam e nem comentam suas insatisfações. Se há problemas no relacionamento sexual, em grande parte das vezes a mulher cala-se, não discute a questão com o marido, apenas aceita e conforma-se com a situação. A resposta apontada por uma das entrevistadas nos revela muito: a de que no casamento, a mulher não pode mostrar que tem muita “vontade”, senão o marido poderia ficar desconfiado e que se “comentar sobre alguma coisa que não vai bem, o marido pode ficar desgostoso; sabe como é homem, aí cada vez que for para a cama vai ficar um clima pesado”.

Quanto ao grupo de jovens mulheres, estas afirmaram que quanto ao corpo, tiveram uma leve noção na escola, mas apenas o “básico”, como frisaram “a parte biológica, nas aulas de ciência”. Apontaram também que não tinham liberdade para conversar com suas mães, mas sim com suas irmãs mais velhas, primas ou colegas da escola, com quem trocavam mais experiências.

Desejo e prazer são temas ainda muito vagos para elas e não há nenhum espaço onde lhes seja permitido o debate, a escola não dá abertura e muito menos a família. De acordo com este grupo, na escola as conversas são veladas, apesar de este ser um ambiente de educação formal, que propala discursos de modernidade e de também ser seu espaço de vida durante três anos, já que estudam sob o regime de internato. A oportunidade de terem uma sexualidade plena lhes está sendo negada. Segundo Osório (1992), por estas jovens estarem vivenciando uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação, a sexualidade deveria estar inserida como elemento estruturador de suas identidades, o que claramente não vem acontecendo.

Corpo, desejo e prazer são temas reprimidos, tanto pelas mulheres maduras quanto pelas jovens mulheres, elas sequer conhecem seu próprio corpo. Há ainda um forte preconceito e elas continuam a entender que é impróprio falar de sexo, sentir desejo, querer ter prazer e não se sentem a vontade para debater o tema, seja com quem for. Pela fala das entrevistadas, ainda há uma aura de “pecado” envolvendo o assunto e aquela que se “atreve” a falar é uma “assanhada”, portanto, fora dos padrões de moralidade impostos.

Costa (1986) reflete que a nossa sexualidade é carregada de uma concepção religiosa e que a primeira forma de a encararmos é nos remetendo ao “pecado de Adão e Eva”, onde o relacionamento sexual está associado ao sentimento de vergonha, onde os anjos são assexuados e puros e o diabo representa a sexualidade, a promiscuidade, ligada diretamente aos dogmas da igreja, desfavoráveis ao sexo e ao prazer.

As regras ligadas ao sexo, que minimizavam o tema desejo e prazer, segundo Gauderer (1994), foram surgindo como mitos e tabus para estabelecer limites ao sexo e práticas como masturbação e sexo anal, que se originaram exatamente por não se tratarem de atividades procriativas, pondo em risco a perpetuação da espécie, em uma época em que o homem sobrevivia apenas 30 anos e era necessária mão-de-obra para a lavoura e para a guerra.

Cabral (1995) denuncia ainda que a doutrina cristã do ocidente nega o corpo ou o coloca em segundo plano, onde a alma é a mais importante, pois foi recebida de Deus e é imortal. Essa ideia favoreceu uma educação sexual que reprime o corpo, o desejo e o prazer. Corroborando, Goldberg (1984), nos diz que nosso país, desde sua colonização, refletiu e ainda reflete o modelo patriarcal, o desejo e o prazer sexual do homem na maior parte das vezes eram obtidos fora do lar. A esposa estava confinada a

um mundo anti-sexual, sua sexualidade resumia-se à reprodução da raça e essa era a educação passada de mãe para filha.

O sexo, por razões históricas e culturais esteve ligado à reprodução; o desejo e o prazer eram e são reprimidos, diretamente associados ao pecado, o tema continua cercado de mitos e tabus. A família, a escola e até mesmo os próprios pares têm dificuldade em falar sobre sexo, mesmo biologicamente falando e quanto mais abordar-se o tema desejo de se fazer sexo e sentir prazer com o sexo.

Tudo isso tem feito com que não exista uma fonte segura de informações, onde as mulheres, de ambas as gerações possam esclarecer suas dúvidas e ter uma vida plenamente prazerosa. Quando o assunto entra em voga, em virtude de alguma situação que se impõe logo se tenta dissipá-lo. Na realidade pode-se afirmar que a sociedade, não sabe muito bem lidar com o tema.

Gravidez, métodos anticoncepcionais e DSTs.

Aqui a fala de ambos os grupos se entrelaça e revela que nestes aspectos pouca coisa mudou ao longo dos anos. Todas as entrevistadas ressaltaram que a gravidez, seja ela desejada ou não, dentro ou fora do casamento, é uma preocupação que recai quase que exclusivamente sobre a mulher, cabe a ela a responsabilidade de se “cuidar”.

Tanto hoje como no passado, a rede de apoio familiar falha no momento de debater sobre gravidez, as entrevistadas afirmam que os pais eram/estão despreparados. O que se entende é que a família adia a conversa, pois ao ver-se obrigada a fazer, precisa, invariavelmente, assumir a sexualidade da filha, o que não é bem compreendido, principalmente pelas figuras masculinas.

O grupo de jovens mulheres afirma que se ocorresse uma gravidez não planejada antes do casamento, o fato não seria bem aceito pela família e a pressão para que a jovem se casasse seria muito grande, ressaltando também, que apesar do casamento, a gravidez seria um empecilho aos seus projetos e expectativas.

Um medo que circunda as jovens mulheres é o de fazer o exame ginecológico. Como pedir para a mãe levar no ginecologista? Isso apontaria para o possível início de sua vida sexual; outro é quanto ao uso do método anticoncepcional, principalmente no que se refere à família descobrir.

Quanto ao grupo de mulheres maduras, este afirmou que no caso de haver uma gravidez não planejada antes do casamento, a jovem deveria casar-se para “recuperar sua dignidade”, através da união com o parceiro, havendo ou não interesse por parte

dela. Para a família a união matrimonial era um alívio e havia até um sentimento de gratidão em relação à família do rapaz. Muitas vezes esta deixava claro sua posição privilegiada e colocava a jovem em uma posição de inferioridade

O método contraceptivo, segundo o grupo de jovens mulheres é algo que ainda não decidiram, mas fariam a opção pelo uso da camisinha masculina, caso acontecesse a relação sexual. Isto, segundo Maria Oliveiram (1998) nos revela a necessidade moral da não premeditação da relação sexual, o que inviabilizaria uma análise coerente, por parte da adolescente sobre qual método utilizar. Já entre as mulheres maduras, o coito interrompido e o anticoncepcional via oral são os métodos mais utilizados e, segundo elas, que no contexto do casamento, a gravidez é uma consequência “natural”, apesar de quererem ter poucos filhos.

Segunfo Galeski (1975), a gênese e a perpetuação da família agricultora baseiam-se na escolha da esposa, que deve garantir que o casal possua os requisitos básicos para sua reprodução, o que envolveria terra e padrões de herança e a identificação da família com a terra, gerando filhos aqui compreendidos como força de trabalho e como herdeiros.

Os grupos afirmam a importância da prevenção das DSTs e que o uso da camisinha masculina seria o método mais seguro, mas o grupo de mulheres maduras destacou que o uso nem sempre é regular. Também destacaram que ainda há muita desinformação e que a pouca informação que recebem são obtidas através de palestras na escola ou fora dela, mas muitas vezes não muito bem compreendidas, o que pode causar distorções. Nenhuma delas afirmou que recebeu informações através de um médico ou no posto de saúde.

Afonso (apud Arilha e Calazans, 1998) alerta que as informações, muitas vezes, são recebidas, filtradas e mesmo distorcidas para se ajustarem a valores e crenças fortemente arraigados na visão de mundo dos sujeitos. Esta situação nos faz refletir sobre a necessidade urgente de políticas públicas mais adequadas a atender à mulher, pois em todos estes itens há mitos e (des)informação, o que inviabiliza sua condição de escolha e, portanto, a condição de direito à saúde sexual e reprodutiva.

Bernardi, citando Oliveira (1998) nos alerta também para a estratégia da socialização para a apatia, exercitada pela família, pela escola, pelos programas políticos, pela sociedade em geral. Vivemos numa cultura “sexofóbica e repressiva”. Quem se afasta da linha de conservadorismo e de imobilismo está destinado à desaprovação, à censura, à condenação.

Sabe-se que a família, a escola e as unidades de saúde deveriam atuar de forma integrada para esclarecer e com isso transformar conhecimentos, atitudes e comportamentos frente a este tema, o que promoveria a integridade e a qualidade de vida de todo o grupo deste território.

No entanto, pela fala das entrevistadas essa não é a realidade. A família não incorpora este papel, pois tem claras dificuldades em lidar com sua própria sexualidade; veladamente passou a responsabilidade para a escola, que também se omite e os serviços de saúde ainda se mantêm aquém de sua responsabilidade.

Considerações Finais

As informações contidas neste artigo não tem a pretensão de esgotar o debate, seu o objetivo foi colocar em evidência alguns eixos através dos quais é possível desdobrar entendimentos a respeito da sexualidade da mulher no mundo rural, pois como bem observou Foucault (1982), a emergência da ciência do sujeito faz parte da expansão do dispositivo de sexualidade, que abre novas possibilidades para a infiltração do poder nos aspectos mais particulares e íntimos da vida.

No meio rural, a família reproduz este controle e ainda sofre forte influência da religião e do patriarcado, onde homem é marido e pai, chefe da família, toma todas as decisões e é responsável por provê-la; a mulher é a mãe e esposa, valorizada pela submissão e fidelidade ao marido e os filhos devem ser submissos e obedientes ao pai. Este pensamento reforça a dicotomia entre o público e o privado, sendo o primeiro espaço destinado ao homem e o segundo à mulher.

Há claras e diferenciadas exigências do comportamento para moças e rapazes e um maior controle da sexualidade feminina em relação à masculina, cobranças e regras sociais que distinguem e delimitam papéis hierárquicos para cada um destes sexos (BRUMER, 2007).

Segundo DIAMANTINO *et al.* (1993) a mulher brasileira desde que nasce é educada 'para dentro'. É criada para servir, para ser obediente, casar, respeitar seu marido, ter filhos, ser dona de casa, sujeitar-se a um trabalho exaustivo, sem folgas ou reconhecimento. A mulher agricultora muitas vezes ainda é percebida como mão-de-obra e sua sexualidade entendida apenas como elemento de reprodução, em prol da perpetuação da família e não ir ao encontro desta ideologia, seria um motivo para a "expulsão estrutural" do grupo social.

Numa compreensão mais ampla da fala do autor, o que se pode evidenciar, é que todos estes procedimentos são ordenados pela família, que é o principal agente de socialização para a sexualidade feminina e o faz no sentido do controle, que provém, sobretudo, dos homens: pais e irmãos mais velhos, a quem cabe permitir que suas filhas ou irmãs possam sair para momentos de lazer ou relacionarem-se com o sexo oposto. Mas cabe as mães o cuidado e a responsabilidade pela vida sexual das jovens, como também são as próprias mulheres as que controlam o comportamento de seus pares perante a comunidade.

O que se pode perceber de imediato, é que apesar do mundo rural estar sendo perpassado por inúmeras modificações e (re)significações, quando voltamos o foco para a sexualidade da mulher evidencia-se que esta continua cristalizada.

A família, fortemente patriarcal, apresenta-se como uma instituição que perpetua um discurso heteronormatizador, delimitando desde muito cedo, os papéis de gênero e as performances sexuais de homens e mulheres, fortemente desvantajosas para as mulheres, o que irá por fim, refletir nas relações em todos os espaços.

Segundo DIAMANTINO (ibid.), as mulheres foram e continuam sendo criadas para quando crianças terem bons modos e controlar sua vontade. Na adolescência são preparadas para negar o prazer e são cheias de culpa, censura e medo. Os questionamentos sobre sexo são fortemente reprimidos e nas poucas vezes que são permitidos, são respondidos de maneira inadequada, quando não de forma errônea. Se ela deseja algo mais, lhes vêm, inconsciente ou consciente, a ideia de que não é certo; situações vivenciadas não apenas na adolescência, mas que perduram pela sua vida adulta.

Saliento que a sexualidade é uma construção histórico-cultural e um aspecto essencial da própria identidade. Ela é individualizante, pois se trata de uma experiência pessoal, única, mas ao mesmo tempo marcada pela cultura, que teima em deixá-la seguir por um curso de invisibilidade o que implica, por fim, a uma forma de controle social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventudes(s) e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: a invenção do falo - uma história do gênero masculino**. Maceió: Catavento, 2003.
- ARILHA, M.; CALAZANS, G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: Berquó, E. (Org.). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, DF: CPND, 1998. v.2.

- BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. (trad.: Antonio Negrini). São Paulo: Summus, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner, 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **O poder simbólico: memória e sociedade**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. ; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- CABRAL, J.T. **A sexualidade no mundo Ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.
- COLL, Ana. Embarazo em la adolescencia ¿Cuál es el problema? In: BURAK, Solum Donas (org.). **Adolescencia y juventud en América Latina**. Cartago: Libro niversitario Regional, 2001.
- COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento**. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986.
- DIAMANTINO, E.M.V. et al. Aspectos básicos da sexualidade humana na parte clínica. Parte I. **Femina**, v. 21, n. 10, p. 1016-29, 1993.
- DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli. **A Feminilidade e a Mulher na Obra de Sigmund Freud**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em:
<http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/13/TDE-2009-07-15T150453Z-2199/Publico/2244.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2012.
- FERREIRA, Ângela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2002/n. 15, p. 87-145.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____, Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GAUDERER, C. **A vida sem receitas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- GÓIS, M.M.S. Aspectos históricos e sociais da anticoncepção. **Reproduo**, v. 6, n. 3, p. 119-24, 1991.
- GUALDA, Dulce Maria Rosa; RESSEL, Lúcia Beatriz. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 82-87, set. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> Acesso em abril de 2012.
- GODOI, Paulo. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 29 -42 , junho - 2004 (ISSN 1678—698X) - www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm
- HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 17, Porto Alegre, jun. 2002.
- MONTEIRO, Simone. **Aids, Sexualidade e Gênero: a lógica da proteção entre jovens de um bairro carioca**. 1999. 186 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro. 1999.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. **Caderno CEDES** vol. 19 n. 45 Campinas Julho 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000200004&script=sci_arttext
- OSÓRIO, L.C. **Adolescente hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.